

# Ânimos acirrados não impedem acordo

Os ânimos acirrados não impediram um acordo na Comissão Mista do Orçamento. Antes que o secretário nacional de Planejamento, Pedro Parente, justificasse os 14 pedidos de crédito adicionais enviados de última hora ao Congresso, o deputado Paulo Hartung (PSDB-ES) levantou uma questão preliminar para evitar que a situação se repita: "Já que o governo reconhece o erro, proponho que se inclua na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) uma emenda estabelecendo um prazo limite para o envio de créditos adicionais em 1992".

O vice-presidente da comissão, o deputado Sérgio Galdenzi (PDT-BA), sugeriu logo que o prazo fatal fosse 31 de outubro. Pedro Parente aceitou de imediato a proposta, comprometendo-se ele próprio a enviar, ainda hoje, o projeto de

emenda à lei orçamentária. Diante do compromisso, as lideranças votaram quatro projetos de créditos suplementares de valores mais baixos, como o de Cr\$ 1 milhão para a compra de um telefone vermelho (celular) para a Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Antes que a votação-relâmpago começasse, o relator-geral da comissão, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), olhou profundas depois de mais uma noite em claro, tentando concluir o relatório final que deveria ter sido entregue na última quinta-feira, ponderou: "Não quero entregar um relatório para ser votado sem ser lido e analisado pelos parlamentares e assessorias. Não podemos repetir a prática dos anos anteriores". Sugeriu, então, que todos tivessem pa-

ciência de aguardar mais um ou dois dias.

"Já falei com o Mauro e com o Benevides", disse o líder governista despertando o riso geral. Na verdade, Fiúza procurara o presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), para tal ponderação. Seu argumento foi o de que a Lei das Diretrizes Orçamentárias permite que se prorogue o período de funcionamento do Congresso, caso o orçamento não seja votado até 15 de dezembro. A idéia agradou. De quebra, a prorrogação dos trabalhos do Congresso até o final desta semana resolve o problema do PMDB e do governo, que ganham mais tempo para um acordo sobre a rolagem da dívida dos estados com a União.